



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL,
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

SINDICATO
DOS TRABALHADORES
DO MUNICÍPIO DE LISBOA



Rua de S. Lázaro, 66 1º Dtº 1150-333 Lisboa
Tel: 21 888 54 30 — Fax: 21 888 54 29
stml@stml.pt

RESOLUÇÃO

Não ao empobrecimento. Derrotar o pacote laboral!

Mais salário, valorização das carreiras e profissões, melhores condições de trabalho, serviços públicos de qualidade!

Os trabalhadores da Administração Local rejeitam a política continuada de desvalorização do trabalho, expressa em salários de miséria, carreiras e profissões desvalorizadas, condições de trabalho degradadas e no reiterado desrespeito e incumprimento pelo governo dos processos de negociação colectiva.

Com efeito, apesar das propostas e reivindicações apresentadas pelo STAL, e pela Frente Comum, o governo arrasta negociações, recusa propostas e soluções concretas e impõe decisões. Esta atitude constitui um claro desrespeito pelos trabalhadores e pelos seus direitos que não pode passar em claro.

Os salários continuam a não garantir uma vida digna, e não é com acordos de empobrecimento e actualizações miserabilistas de 56,58 euros e 2,15% que não permitem sequer recuperar poder de compra, que isso se consegue, muito menos num contexto de aumento significativo do custo de vida, em particular na alimentação e habitação, situação que é inaceitável e resulta de opções políticas que empobrecem quem trabalha e comprometem a qualidade dos serviços públicos.

A destruição e descaracterização das carreiras e profissões, a proliferação da precariedade, a manutenção de um sistema de avaliação cuja única função é impedir a progressão e a degradação das condições de trabalho, aprofundam a injustiça, a desmotivação e a sobrecarga de trabalho que hoje afectam os trabalhadores.

Como se não bastasse um Orçamento que prossegue a desvalorização do trabalho, que ataca os serviços públicos e os direitos sociais que os grupos económicos ambicionam transformar em negócio, o governo apresentou um pacote laboral que tem como objectivos a perpetuação da precariedade, a desregulação dos horários de trabalho, facilitar os despedimentos individuais e colectivos, condicionar e limitar o direito à greve e à organização sindical, entre outras, que tem de ser derrotado!

É neste contexto, que os trabalhadores aqui concentrados, reafirmam a sua disponibilidade para a luta e reivindicam:

- » Atribuição, maior abrangência e a actualização do valor do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, e a inclusão do factor Risco;
- » Aplicação do SIPR a todos os trabalhadores do sector empresarial, se não existir nada mais favorável.
- » Regulamentação do Suplemento de Disponibilidade e Piquete;
- » Identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;
- » Valorização e recuperação de todas as carreiras;
- » Revogação do SIADAP;
- » 35 H semanais para todos;
- » Reposição das indemnizações por doenças e acidentes de trabalho.

Assim, os trabalhadores da Administração Local exigem da parte do governo, sem mais delongas, respostas efectivas aos problemas, o que, a não acontecer, será entendido como uma opção política de confronto à qual os trabalhadores responderão com as formas de luta necessárias. Os trabalhadores recusam continuar a empobrecer, não abdicam da sua dignidade profissional, do direito a uma vida melhor!

Por isso continuarão a intervir e a lutar!

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2026

A Concentração de Trabalhadores